



PODER LEGISLATIVO

GABINETE VEREADOR THIAGO CHAGAS DA SILVA SANTOS

Projeto de Lei nº 061 de 29 de abril de 2021

| | |
|---------------------------------------|------------|
| CÂMARA MUNICIPAL DE CRUZ DAS ALMAS | |
| PROTOCOLO | |
| NÚMERO | DATA |
| 050 | 29/04/2021 |
| SECRETARIA | |

"Dispõe sobre as penalidades administrativas a serem aplicadas diante da prática de maus-tratos aos animais, com a imposição de programas educativos visando à transformação social do agressor."

A CÂMARA DE VEREADORES DE CRUZ DAS ALMAS APROVA E O PREFEITO MUNICIPAL SANCIONA A SEGUINTE LEI.

Artigo 1º - Toda prática que implique crueldade aos animais será punida, no âmbito do Município de Cruz das Almas, nos termos desta Lei, sem prejuízo da legislação correlata.

Artigo 2º - Considera-se crueldade toda e qualquer ação ou omissão que implique em abuso, maus-tratos, ferimento, dor, angústia, sofrimento ou mutilação de animais silvestres, nativos ou exóticos, domésticos ou domesticados, tais como:

- I - privar os animais da liberdade de movimentos, impedindo-lhes aqueles próprios da espécie;
- II - manter animais em lugares anti-higiênicos, ou que lhes impeçam a respiração, o descanso, ou os privem de ar ou luz;
- III - abandonar animal;
- IV - ter animal encerrado juntamente com outros que o aterrorizem ou molestem;
- V - sujeitar animais, em especial cães, à prestação comercial de serviço de guarda, segurança ou vigilância patrimonial privada, salvo os casos previstos em lei e devidamente regulamentados.
- VI - privar animal de alimentação adequada;
- VII - praticar atos lesivos à integridade física e psicológica dos animais;
- VIII - usar em trabalho, lazer ou exposições públicas animais cansados, feridos, doentes ou debilitados;
- IX - manter animal contido em corda ou corrente que impossibilite a sua movimentação de maneira adequada;

RECEBIDO EM

29/04/2021 10h 50

CÂMARA MUNICIPAL DE CRUZ DAS ALMAS
MARIA CAROLINA DE JESUS NETO

SERVIDORA EFETIVA

Matrícula 158



PODER LEGISLATIVO

GABINETE VEREADOR THIAGO CHAGAS DA SILVA SANTOS

- X - promover ou realizar lutas entre animais da mesma espécie ou de espécies diferentes;
- XI - apresentar ou utilizar animais em espetáculos circenses, jogos, shows e similares, mesmo que sem fins lucrativos, salvo os casos previstos em lei e devidamente regulamentados;
- XII - não submeter o animal à assistência médica veterinária, quando necessário;
- XIII - agredir ou torturar e explorar animais, ainda que para aprendizagem ou adestramento;
- XIV - transportar animais em condições inadequadas, expondo-os a desconforto, risco físico, estresse ou morte;
- XV - provocar a morte de animal por qualquer método que não seja eutanásia recomendada e executada de forma ética e indolor de acordo com o Conselho Federal de Medicina Veterinária;
- XVI - envenenar ou torturar animais;
- XVII - expor animal a situação de constrangimento ou humilhação, submetê-lo à luz, som, calor ou frio excessivos, deixá-lo sob chuva ou sol intensos ou qualquer outra circunstância que possa causar estresse, medo e danos à sua saúde;
- XVIII - fazer trabalhar animais prenhes, cansados, feridos ou doentes;
- XIX - fazer viajar um animal a pé por mais de 10 (dez) quilômetros sem lhe dar descanso, ou trabalhar por mais de 3 (três) horas contínuas, sem repouso, água e alimento;
- XX - conduzir animais por qualquer meio de locomoção, colocados de cabeça para baixo, de mãos ou pés atados, ou de qualquer outro modo que lhes produza sofrimento;
- XXI - submeter animais a práticas sexuais com seres humanos;
- XXII - quaisquer outras práticas lesivas à saúde do animal, previstas em legislações federal, estadual e municipal vigentes.

Art. 3º - Sem prejuízo das medidas cíveis e penais cabíveis, os atos de maus-tratos e crueldade contra animais serão punidos com a imposição de multa em valores fixados nesta Lei, por animal lesado, mais a imposição de medida socioeducativa que submeta o agressor a programas de sensibilização a serem implementados por entidades protetoras dos animais da Cidade de Cruz das Almas.



PODER LEGISLATIVO

GABINETE VEREADOR THIAGO CHAGAS DA SILVA SANTOS

§1º Se das condutas previstas no artigo

2º resultar a morte do animal, a multa será aplicada em dobro.

§2º Os programas educativos de sensibilização definidos no artigo 3º serão viabilizados por meio de convênios de cooperação técnica a serem celebrados com entidades protetoras de animais consideradas de Utilidade Pública Municipal.

Art. 4º - São passíveis de punição as pessoas, inclusive os detentores de função pública, civil ou militar, e toda organização social ou empresa, com ou sem fins lucrativos, de caráter privado ou público, instaladas neste Município, que intentarem contra o que dispõe esta Lei.

Parágrafo único: As pessoas jurídicas serão responsabilizadas administrativamente, conforme o disposto nesta Lei, nos casos em que a infração seja cometida por decisão de seu representante legal ou contratual, ou de seu órgão colegiado, no interesse ou benefício da sua entidade.

Art. 5º - A prática dos atos de crueldade aos animais a que se refere esta Lei será apurada em processo administrativo, que terá início mediante:

I - reclamação do ofendido;

II - ato ou ofício de autoridade competente;

III - comunicado de organizações não governamentais de defesa dos animais ou do meio ambiente;

IV - representação do Ministério Público ou da Defensoria Pública;

V - queixa-crime originada do Juizado Especial Criminal.

Art. 6º - A denúncia poderá ser apresentada pessoalmente, por carta ou via Internet ao órgão municipal competente.

§1º A denúncia deverá ser fundamentada por meio da descrição do fato ou ato que caracterize crueldade, seguida da identificação do denunciante, garantindo-se, na forma da Lei, o sigilo da sua identidade.

§2º Recebida a denúncia, competirá ao órgão designado pelo Poder Executivo Municipal promover a instauração do processo administrativo para apuração e imposição das penalidades cabíveis



PODER LEGISLATIVO

GABINETE VEREADOR THIAGO CHAGAS DA SILVA SANTOS

Art. 7º - Aqueles que praticarem atos de crueldade aos animais previstos nesta Lei estarão sujeitos às seguintes penalidades:

I - advertência;

II - submissão a programa de sensibilização a ser implementado por entidades protetoras dos animais da cidade de Cruz das Almas;

III - multa de R\$1.000,00 (mil reais) a R\$100.000,00 (cem mil reais);

IV - suspensão da licença municipal para funcionamento por 30 (trinta) dias;

V - cassação da licença municipal para funcionamento;

VI - recolhimento do animal.

§ 1º As penalidades previstas neste artigo serão aplicadas cumulativamente quando couber.

§ 2º O valor da multa de que trata o inciso III deste artigo será corrigido anualmente pelo IPCA.

§ 3º A multa administrativa de que trata o inciso III deste artigo deverá ser recolhida no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias, a contar do recebimento da notificação correspondente.

§ 4º Quando impostas as penas previstas nos incisos IV e V deste artigo, deverão ser comunicadas à autoridade responsável pela emissão da licença de funcionamento, que providenciará a efetivação da pena.

§ 5º Aplicada a penalidade prevista no inciso VI deste artigo, o órgão municipal competente fará o recolhimento do animal e será responsável pelos procedimentos de registro, de avaliação das condições de saúde, de alojamento, até que seja levado à adoção responsável;

§ 6º Os valores arrecadados em pagamento de multas previstas neste artigo serão aplicados no desenvolvimento, implantação e manutenção de programas e ações voltados à saúde, proteção, defesa e bem-estar animal no Município de Cruz das Almas.

§ 7º O não pagamento da multa administrativa no prazo legal resultará na inclusão de pendência no Cadastro Informativo Municipal de Cruz das Almas (CADIN), observando-se, no que couber, o Capítulo VI da Lei Municipal nº 8.421/2013, bem como no encaminhamento do processo



PODER LEGISLATIVO

GABINETE VEREADOR THIAGO CHAGAS DA SILVA SANTOS

administrativo, devidamente instruído, à Procuradoria-Geral do Município de Cruz das Almas, para a propositura da ação judicial cabível.

Art. 8º Para a imposição e gradação da penalidade, a autoridade competente observará:

I - a gravidade do fato, tendo em vista os motivos da infração e suas consequências para a saúde das pessoas, dos animais e para o meio ambiente;

II - os antecedentes do infrator quanto ao cumprimento da legislação de proteção do meio ambiente e dos animais;

III - a situação econômica do infrator, em caso de multa.

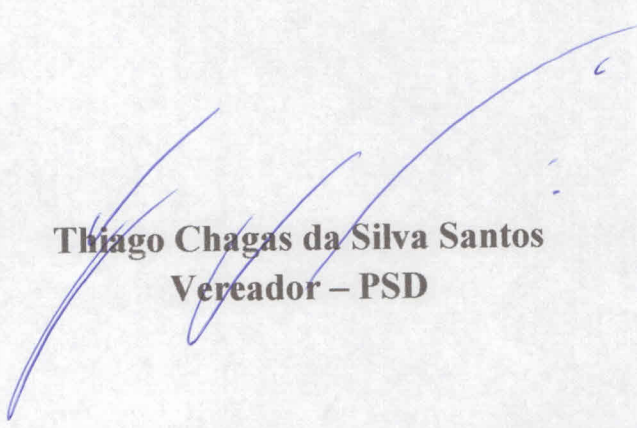
Art. 9º - Aos servidores públicos que, no exercício de suas funções e/ou em repartição pública, por ação ou omissão, deixarem de cumprir os dispositivos desta Lei, serão aplicadas as penalidades cabíveis nos termos do Estatuto dos Funcionários Públicos.

Art. 10 - Esta Lei será regulamentada no prazo de 90 (noventa) dias.

Art. 11 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 12 - Revogam-se todas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, 29 de abril de 2021.


Thiago Chagas da Silva Santos
Vereador – PSD



PODER LEGISLATIVO

GABINETE VEREADOR THIAGO CHAGAS DA SILVA SANTOS

JUSTIFICATIVA

Projeto de Lei nº 061 de 29 de abril de 2021

A Constituição Federal, no art. 225, inciso VII, incumbe ao Poder Público proteger a fauna, e veda, na forma da Lei, as práticas que coloquem em risco sua função ecológica, provoquem a extinção de espécies ou submetam os animais a crueldade. O art. 32 da Lei Federal nº 9.505/1998 é incisivo ao caracterizar como crime a prática de abuso, maus-tratos, de ferir ou mutilar animais silvestres, domésticos ou domesticados, nativos ou exóticos. A pena é a detenção de três meses a um ano, e multa. Apesar da proteção assegurada pelo ordenamento jurídico pátrio, casos de maus-tratos contra animais ocorrem, com frequência considerável, em Cruz das Almas. Entidades que atuam em defesa dos direitos animais, ativistas e guardiões testemunham, cotidianamente, episódios de abandono, envenenamento, atropelamento, privação da liberdade, de alimento e outras atrocidades. O Município precisa fortalecer os mecanismos de proteção da fauna, vez que as agressões praticadas contra os animais costumam ser relegadas a plano secundário. Cabe ressaltar que as Delegacias de Polícia não atendem satisfatoriamente ao crescimento dos casos relatados. Além de dificuldades com estrutura deficiente, escassez de recursos humanos e financeiros, fruto da ineficaz política estatal de investimentos, os cidadãos ainda enfrentam a insensibilidade e descaso de muitos agentes públicos quando precisam noticiar delitos que restringem os direitos animais. Finalmente, importa assinalar que a proposta em tela está em consonância com o art. 30, inciso I, da Constituição Federal, que define que compete ao Município legislar sobre assuntos de interesse local; e com o art. 8º, inciso VI, da Lei Orgânica do Município, que define que compete ao Município, em comum com a União, o Estado e o Distrito Federal, proteger o meio ambiente. Assim, diante dos elementos supramencionados, estou convicta de que a aprovação do presente Projeto de Lei representa passo decisivo para promover uma Cidade mais justa, dignidade e respeito à vida de milhares de animais que integram o ambiente urbano.

Sala das Sessões, 29 de abril de 2021.

Thiago Chagas da Silva Santos
Vereador – PSD